



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE PLANEJAMENTO, USO, OCUPAÇÃO E PARCELAMENTO**  
**DO SOLO, POLÍTICA URBANÍSTICA E HABITAÇÃO**

PARECER FAVORÁVEL Nº 2844/2022  
REFERÊNCIA: PROJETO DE LEI - PROCESSO N. 4464/2022  
RELATOR: JUNIOR PAIXÃO

Ementa: FICA DENOMINADO COMO RUA AMBIENTALISTA PAULO SERGIO OLIVEIRA DE SOUZA LEITE, O LOGRADOURO PÚBLICO LOCALIZADO NA RUA DOUTOR HERMOGÊNIO SILVA - PONTE VERMELHA, BAIRRO RETIRO, PETRÓPOLIS/RJ.

Em consonância com os dispositivos elencados no art. 52, §1º, inciso I, II e III do Regimento Interno da Câmara Municipal de Petrópolis, segue o parecer:

**I - RELATÓRIO:**

Trata-se de um Projeto de Lei Nº 4464/2022 do Ilmo. Vereador Marcelo Lessa, denominar como Rua Ambientalista Paulo Sergio Oliveira de Souza Leite, o Logradouro Público localizado na Rua Doutor Hermogênio Silva – Ponte Vermelha, Bairro Retiro, Petrópolis /RJ.

A matéria foi distribuída às seguintes Comissões e setores:

- Planejamento, Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo, Política Urbanística e Habit;

**Art. 35. Constituem campos temáticos ou áreas específicas de atividades de cada Comissão Permanente:**

**XIV Da Comissão de Planejamento, Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo, Política Urbanística e Habitação.**

**XIV - Da Comissão de Planejamento, Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo, Política Urbanística e Habitação: (NR) (caput e alíneas com redação estabelecida pelo art. 17 da Resolução nº 001, de 13.01.2021)**

**a)** exame e emissão de parecer sobre todas as proposições e matérias relativas à:

**1** - cadastro territorial do Município, planos gerais e parciais de urbanização ou reurbanização, zoneamento, uso e ocupação do solo;

**2** - criação, organização, suspensão ou divisão do território, em áreas administrativas;

**b)** proposições relacionadas com problemas de política urbana e uso do solo;

**c)** proposições e iniciativas da Administração Municipal relacionadas com o Planejamento Urbano, com a ação das entidades e associações de apoio comunitário e com o desenvolvimento socioeconômico do Município.

**d)** regularização dominial de terras rurais e de sua ocupação e alienação e concessão de terras públicas;

**e)** proposições e matérias relativas a planos gerais ou parciais de urbanização e ao Cadastro Territorial do Município, inclusive referentes à denominação de logradouros públicos, quando, neste caso, será ouvida em primeiro lugar e oferecerá parecer depois de verificar "in-loco" a existência das condições exigidas;

**f)** matérias relacionadas com a política urbanística do Município, inclusive, de saneamento, habitação popular e recuperação urbana.

**g)** (Revogado pelo art. 18 da Resolução nº 001, de 13.01.2021).

**h)** (Revogado pelo art. 18 da Resolução nº 001, de 13.01.2021).

**§ 1º** Os campos temáticos ou áreas de atividade de cada Comissão Permanente abrangem ainda os órgãos e programas governamentais com eles relacionados e respectivo acompanhamento e fiscalização orçamentária.

**§ 2º** É vedado às Comissões Permanentes, ao apreciarem proposição ou qualquer matéria submetida ao seu exame, opinar sobre aspectos que não sejam de sua atribuição.

**§ 3º** É obrigatória a audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Redação sobre todos os processos que tramitam pela Câmara, ressalvados os que explicitamente tiverem outro destino por este Regimento. (NR Resolução 001/2021)

**§ 4º** Se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação concluir pela inconstitucionalidade, ilegalidade ou injuridicidade de uma proposição, deve o parecer ser submetido à deliberação do Plenário; quando rejeitado o parecer, a proposição prosseguirá na sua tramitação. **(NR Resolução 001/2021)**

**§ 5º** Tratando-se de inconstitucionalidade, ilegalidade ou injuridicidade parcial de uma proposição ou de erro gramatical ou de técnica legislativa, a Comissão corrigirá o vício através de emenda quando cabível.

**§ 6º** A tramitação dos projetos de concessão dos títulos e da "Medalha de Koeler" e quaisquer outras honrarias excetuados os Títulos de Utilidade Pública e Cidadania Petropolitana, obedece às seguintes normas específicas:

**I** - preliminarmente, numa fase administrativa, a proposta devidamente documentada é encaminhada ao Conselho de Títulos e Honrarias, órgão colegiado auxiliar do Poder Legislativo Municipal, que a examina de acordo com as normas da Resolução específica sobre esse Conselho e as do seu Regimento, observado que, para deliberar, é exigido o "quórum" pleno;

**II** - tendo sido acolhida pelo Conselho, a proposta é devolvida ao Presidente da Câmara, acompanhada de toda a documentação e do respectivo projeto de resolução, para ser submetido à tramitação legislativa.

- Com base nas competências atribuídas à Comissão de Planejamento, Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo, Política Urbanística e Habit, segue o voto:

## **II - VOTO:**

Justifica o autor que:

A proposta é oportuna, uma vez que o Sr. Paulo Sergio Oliveira de Souza Leite, falecido em 12/09/2020, foi um ilustre cidadão Petropolitano, morador do Bairro, que sempre lutou pelas causas ambientais em nosso Município.

O homenageado, foi Engenheiro Agrônomo, tendo atuado fortemente na implementação da política de recursos hídricos na região, sendo uma das pessoas que iniciou toda a mobilização para a Criação do Comitê Piabanha, em 2002, quando foi formada a Comissão provisória que promoveu encontros nos municípios da Bacia Hidrográfica do Rio Piabanha.

A falta de nome oficial para uma rua pode criar muitas dificuldades para os moradores, especialmente para o recebimento de correspondências e encomendas.

A inexistência de endereços com CEP ainda deixa os moradores sem possibilidade de comprovar residência ou pedir socorro para uma pessoa que esteja necessitando de atendimento de urgência.

Registre-se, por fim, que os documentos necessários para tal estão anexados ao processo físico.

Mediante a vistoria feita no local a ser denominado como Rua Ambientalista Paulo Sergio Oliveira de Souza Leite, encontra-se com os Requisitos básicos para a nomeação.

A proposta em exame encontra-se revestida de constitucionalidade e legalidade, pois por força da Constituição os Municípios são dotados de autonomia política para legislar sobre assuntos de interesse local, nos moldes do **art. 30, inciso I, da CRFB/88**. Bem como, complementar no que couber, a legislação federal e estadual, conforme **art. 30, II da CRFB/88**.

Neste sentido, o Art. 16, § 3º da Lei Orgânica Municipal, cujo teor transcrevemos:

**Art. 16.** Compete ao Município, na promoção de tudo quanto respeite ao interesse local e ao bem-estar de sua população:

**§ 3º** As competências previstas neste artigo não esgotam o exercício privativo de outras, na forma da lei, desde que atendam ao peculiar interesse do Município e ao bem-estar de sua população e não conflitem com a competência federal e estadual.

Ademais, o art. 59, Caput da Lei Orgânica Municipal dispõe sobre a iniciativa das leis, sendo elas a qualquer Vereador. *In Verbis*:

**Art. 59.** A Iniciativa das leis cabe a qualquer Vereador, Comissão Permanente da Câmara, ao Prefeito e aos cidadãos, sendo que estes últimos a exercerão sob a forma de moção articulada, subscrita, no mínimo, por cinco por cento do total do número de eleitores do Município no último pleito eleitoral, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica.

Ante o exposto, não nos parece haver óbices à tramitação da presente proposição.

## **III - PARECER DAS COMISSÕES:**

A Comissão Permanente de Planejamento, Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo, Política Urbanística e Habit Obras (Vogal) manifesta-se **FAVORAVELMENTE** à tramitação desta proposição.


Sala das Comissões em 19 de Setembro de 2022



MARCELO LESSA  
Presidente



FRED PROCÓPIO  
Vice - Presidente



JUNIOR PAIXÃO  
Vogal